

Campanhas salariais: não é só dinheiro

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES
ano 3 • nº 24 • abril de 2010 • www.cut.org.br

"Voe medula. Promova a vida"



Campanha Nacional de doação
um simples gesto pode salvar vidas

Procure o hemocentro em sua cidade

Convenção 151 vai ao plenário do Senado
Página 2

Por pouco, tucanos quase privatizaram Banco do Brasil
Página 3



McGiora

CUT lança campanha em defesa dos trabalhadores com deficiência
Página 5



Dino Santos

10 dias e nove noites de Marcha Mundial de Mulheres, 100 anos
Página 5

Dia Nacional de Paralisações e Mobilizações, em 18 de maio
Página 6

Em um ano, Plano Nacional de Formação chega a mais de 7 mil dirigentes
Página 7



Assim como os professores públicos do Estado de São Paulo em greve (foto), que lutam por reajuste e também pela melhoria da qualidade de ensino, sindicatos ampliam pauta de reivindicações, embalados pelo bom momento da economia e da política.
Páginas 4 e 5

ediTorial



Parizotti

Há menos de dois anos, um ruidoso grupo de alarmistas opositores estava apostando todas as fichas num suposto "programa de aceleração da crise", torcendo para o quanto pior melhor, inclusive planejando investir contra os empregos e os salários dos trabalhadores. Estes, mais do que um governo, tentavam destruir o processo, ainda em curso, de reconstrução do Estado e de abertura das decisões políticas para outros setores da sociedade além dos supostos especialistas, bacharéis e janotas de sempre. Neste ano, é preciso evitar o retrocesso político, ou seja, impedir que esses mesmos grupos reocupem espaços de poder.

Tais coisas me ocorreram durante a cerimônia de lançamento do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) 2. À medida em que o PAC vai sendo implementado, o Brasil vai se inserindo na linha de construção de um novo modelo de desenvolvimento sustentável e de planejamento estratégico de longo prazo. Isso porque o crescimento econômico no Brasil vai assumindo um novo significado, pois implica também geração de emprego e inclusão social.

Para continuar nesse caminho, e aprofundá-lo, é preciso destacar a dimensão pública do Estado. Isso já vem acontecendo, mas ainda há uma grande lacuna, que é a necessidade de ampliar o controle social, inclusive no PAC, com representantes da sociedade civil organizada participando da gestão dos projetos e pensando a alocação de recursos a partir de preocupações sociais e ambientais, com garantia de contrapartidas tanto nos investimentos públicos quanto privados.

Precisamos igualmente debater, com o intuito de desconstruir, o atual conceito de competitividade. Queremos é qualidade de vida: emprego decente, saúde, creche e harmonia nas cidades, entre outras questões.

Lembramos que o desenvolvimento com justiça social exige também um novo padrão de comunicação de massa. À luz de resoluções aprovadas na Conferência Nacional de Comunicação, em 2009, continuamos defendendo que haja controle social da imprensa.

Artur Henrique, presidente nacional

P.s: que os recentes acontecimentos em São Paulo, envolvendo os trabalhadores públicos, a truculência do governador Serra e a cobertura mais que parcial da imprensa nos sirvam de exemplo.

humor

A ilustração ao lado é dos cartunistas Glauco Villas Boas e Laerte, publicada no livro "O Tamanho da Coisa", editado em 1985 pela Circo Editorial e Oboré. A tira reflete o certo uso do humor como reflexão sobre as relações sociais e a denúncia da opressão, expressando a ligação do renomado cartunista com a classe trabalhadora e o povo brasileiro. Essa identificação o levou a se somar, com traços críticos e mordazes, à luta contra a ditadura e pela redemocratização do país. Na madrugada do último dia 12 de março, aos 53 anos, Glauco e seu filho, Raoni Villas Boas, de 25 anos, foram brutalmente assassinados. Deixemos que o brinde à vida, tão presente em seu humor, fale mais alto.



Conquista

Convenção 151 vai ao plenário do Senado

A Convenção 151 da OIT (Organização Internacional do Trabalho, da ONU), continua rumo à ratificação. Após uma audiência com integrantes da Direção Executiva da CUT, o relatório do projeto foi aprovado por unanimidade na Comissão de Relações Exteriores do Senado, no último dia 4 de março. Agora, a 151 segue para o plenário da Casa, última etapa legislativa antes de se tornar realidade.

A 151 é uma bandeira histórica da CUT. Norma internacional já em vigor em diversos países, garante o direito de organização e negociação dos servidores

públicos e prevê pontos como proteção contra os atos de discriminação que acarretem violação da liberdade e independência sindical frente às autoridades públicas.

A Convenção foi finalmente encaminhada ao Congresso pelo governo Lula em fevereiro de 2008, depois de nossa 4ª Marcha Nacional da Classe Trabalhadora. Membro da Executiva da CUT, Pedro Armengol acredita que, se mantida a mobilização dos trabalhadores, a ratificação deve ser votada nos próximos 30 dias.

expediente:

Jornal da CUT é uma publicação mensal da Central Única dos Trabalhadores. **Presidente:** Artur Henrique da Silva Santos. **Secretária nacional de Comunicação:** Rosane Bertotti. **Direção Executiva:** Adelson Ribeiro Telles; Antonio Lisboa Amâncio do Vale; Aparecido Donizeti da Silva; Carmem Helena Foro; Dary Beck Filho; Denise Motta Dau; Elisângela dos Santos Araújo; Expedito Solaney; Jacy Afonso de Melo; Jasseir Alves Fernandes; João Felício; José Celestino; José Lopez Feijó; Julio Turra; Junéia Martins Batista; Manoel Messias; Maria Julia Nogueira; Pedro Armengol; Quintino Severo; Rogério Pantoja; Rosana Sousa de Deus; Rosane da Silva; Shakespeare Martins de Jesus; Wagner Freitas; Valeir Ertle. **Jornalista responsável:** Isaías Dalle (MTB 16.871). **Redação e edição:** Isaías Dalle, Leonardo Severo, Luiz Carvalho, Paula Brandão, Vanessa A. Paixão (secretaria e revisão), William Pedreira da Silva e Éder Eduardo (programador). **Projeto gráfico e diagramação:** TMax Propaganda. **Capa:** Robson Martins. **Colaborou nesta edição:** subseção Dieese. **Impressão:** Bangraf. **Tiragem:** 20 mil exemplares.

his tória

Documento de 1999 confirma submissão tucana ao FMI

Na década passada, “ajuste fiscal” era a terminologia utilizada pelo desgoverno FHC para designar a política de corte de despesas nas áreas sociais, arrocho salarial e privatização do patrimônio público nacional. O receituário era ditado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) para fazer caixa aos especuladores, em ataque frontal ao Estado indutor do desenvolvimento. Por oito anos daquele trágico período, José Serra foi ministro, no Planejamento e, posteriormente, na Saúde, foi o “ministro da dengue”. Privatização e desnacionalização eram então verbetes muito caros à grande imprensa, que os vendia como sinônimos de progresso e crescimento.

Assim, no dia 8 de março de 1999, memorando de Política Externa do Ministério da Fazenda sobre o “ajuste fiscal” comemorava que o “programa governamental”, “apoiado pelo FMI, Banco Mundial, BID, BIS e pela maioria dos países industrializados” – que obviamente lucravam com a medida - teria continuidade com a “redução do papel dos bancos públicos na economia”.

Alienação - Em tom de quem presta conta a seus amos, o documento da Fazenda lembrava que “o Banco Meridional, uma instituição federal, foi privatizado em 1998 e em 1999 o sexto maior banco brasileiro, o Banespa, agora sob administração federal, será privatizado”. Ademais, o governo focava, entre outros, no “Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e BNDES”, que estariam sujeitos a “possíveis alienações de participações”, com “vendas de componentes estratégicos, transformação em agências de desenvolvimento ou bancos de segunda linha”. “O governo já se decidiu sobre a privatização da administradora de ativos afiliada ao Banco do Brasil (BB/DVTM) e do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB)”, explicava a nota, reiterando o compromisso de “acelerar e ampliar o escopo do programa de privatização, que já se configura como um dos mais ambiciosos do mundo”.



Em 1997, grupo de manifestantes protesta contra leilões do patrimônio público, em frente ao BNDES

Explicitando a falta de limites, o total descompromisso com o povo brasileiro e a soberania nacional, o documento anunciava ainda que, em 1999, o governo FHC pretendia “completar a privatização das companhias federais geradoras de energia” e, em 2000, iniciar “o processo de privatização das redes de transmissão de energia”.

Na época, o então chanceler Celso Lafer destituiu Samuel Pinheiro Guimarães, do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais do Itamaraty, pelo fato de o diplomata ter criticado a Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Hoje ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Samuel lembra que “a adoção de

um acordo como a Alca - com tarifas a zero, impossibilidade de controle de fluxo de capitais, total abertura - teria levado, por exemplo, à privatização de todo sistema financeiro. Privatizariam o BNDES, Banco do Brasil, Petrobrás; instrumentos que foram de grande importância na crise financeira”, sublinhou em recente entrevista. É a mais pura verdade.

As greves e mobilizações que sacodem a Grécia nestes dias contra o pacote de arrocho que visa saldar a dívida com o sistema financeiro transnacional - e “debelar a crise” -, dá uma boa demonstração do que nos reservava o futuro se seguissemos em frente com aquele passado.●●●

Mobilizar pa

Em ano de recuperação econômica, sindicatos devem

Resultados recentes das campanhas salariais e as previsões bastante positivas para 2010 reabrem a discussão sobre a necessidade de os sindicatos de base ampliarem a pauta de reivindicações de suas campanhas salariais e botarem peso nas chamadas cláusulas não-econômicas. Essas cláusulas podem melhorar a distribuição de renda e acelerar o desenvolvimento e a democracia do País através de outros elementos além dos aumentos salariais.

Mesmo com a crise econômica que atingiu o mundo em 2009, e apesar de o Brasil não ter apresentado crescimento econômico – o Produto Interno Bruto (PIB) ficou negativo em 0,2% –, 80% das negociações salariais de 692 categorias, realizadas no ano passado, conquistaram aumento real de salário, enquanto somente 7% delas ficaram abaixo da inflação. Os números são do balanço divulgado em março pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). É a sexta vez consecutiva, desde 2004, que os trabalhadores organizados atingem esse patamar.

De acordo com o Dieese, os índices são resultado da capacidade de pressão e negociação dos sindicatos, não apenas para manutenção dos ganhos, que impactam positivamente na economia, mas também na forma de apoio a medidas governamentais para desenvolvimento do mercado interno em 2009: a redução temporária de impostos em setores duramente impactados pela crise, a oferta de créditos por meio de bancos públicos e o investimento em setores com grande capacidade de gerar emprego, casos da construção civil e do segmento automotivo.

A melhor parte da pesquisa, contudo, é a expectativa de crescimento econômico elevado e expansão do nível do emprego para 2010, conforme aponta o coordenador de Relações Sindicais do Dieese, José Silvestre Prado de Oliveira. “Neste ano, quando há perspectiva de o PIB crescer entre 5% e 6%, a tendência é que melhorem de forma substancial a produção e as vendas em todos os setores”, acredita.

4ª Jornada de Debates – Com o objetivo de refletir sobre a construção das pautas das campanhas salariais em 2010, o Dieese, em parceria com as centrais sindicais,



Dino Santos

Marcha 2010: de dia e de noite, a luta por igualdade de direitos

promove de 23 de março até o dia 8 de abril a 4.ª Jornada Nacional de Debates. Com o tema "Negociações Coletivas em 2010: Recuperação Salarial e Redução da Jornada de Trabalho", o evento discute, em rodadas regionais, mecanismos que façam o crescimento da economia refletir nas campanhas salariais, inclusive ampliando a pauta de reivindicações. A inclusão da jornada semanal de trabalho de 40 horas na pauta de todas as categorias é defendida por unanimidade.

“Em cada Estado, construiremos uma proposta de ação unificada para pressionar os senadores, deputados, vereadores e empresários a aprovarem a redução da jornada sem redução de salário e para dar visibilidade aos pontos de luta da classe trabalhadora em 2010”, comentou Artur Henrique, presidente da CUT.

Para a secretária de Relações de Trabalho da CUT Nacional, Denise Motta Dau, “os acordos coletivos são um espaço

Para crescer

se preparar para negociações coletivas mais amplas



Mas a pauta pode ir mais além, transcendendo os temas corporativos e preparando caminho, inclusive, para um novo modelo de desenvolvimento, em que o conceito de trabalho decente para todos e a distribuição de renda estejam em primeiro plano. A greve dos professores estaduais paulistas e paraibanos e o resultado dos debates recentes do II Encontro Nacional de Políticas Sociais da CUT (19 e 20 de março) e das atividades da Marcha Mundial das Mulheres (8 a 18 de março) nos trazem mais exemplos.

Educação de qualidade – Na Paraíba, os professores públicos estaduais chegaram a ocupar a Assembleia Legislativa, em 24 de março, para cobrar do governo o cumprimento do Piso Nacional da Educação. Paulo Tavares, secretário-geral da CUT-PB e dirigente do sindicato da categoria, explica: “Essa exigência não é só para melhorar o salário do professor. É para exigir investimentos na melhoria da educação pública das crianças e adolescentes”.

Em São Paulo, em greve que até o fechamento desta edição aproximava-se de um mês, os professores estaduais lutam por salário, mas também por compromisso com investimentos na rede e na formação e qualificação de professores. Na pauta, o fim da superlotação das salas de aula, luta contra a prática do governo Serra de fechar escolas e turnos e pela abertura de

concursos públicos para contratação de mais professores. Tudo em nome do futuro da maioria.

Direitos humanos – Incluir certas demandas nas campanhas, mesmo quando parecem distantes do cotidiano – na verdade não são, nós é que muitas vezes não percebemos a proximidade – ajuda a sociedade a avançar democraticamente. O II Encontro Nacional de Políticas Sociais deliberou, entre outros pontos, pelo lançamento de uma campanha para que as empresas contratem trabalhadores com deficiência. Há 24,5 milhões no País, sendo que 9 milhões em idade de trabalhar. Mas só 1 milhão têm emprego.

Outra deliberação é pela inclusão nas campanhas salariais da bandeira de combate ao trabalho infantil. “Os sindicatos podem ajudar, como por exemplo, pressionando as grandes empresas a barrarem matérias-primas que usem mão-de-obra infantil em qualquer etapa da cadeia produtiva”, cita Exedito Solaney, secretário nacional de Políticas Sociais. “Há cadastros que apontam muitos fornecedores que descumprem a lei”, complementa.

O mesmo vale para o combate ao trabalho escravo, vergonhosamente presente ainda em alguns setores, como o de biocombustíveis. O II Encontro também exorta os sindicatos a defenderem o respeito à diversidade sexual, traduzida em emprego e direitos a trabalhadores homossexuais. “O engajamento dos sindicatos nessas bandeiras vai exigir, e também proporcionar, o fortalecimento da relação da CUT com os movimentos sociais”, observa Solaney.

Mulheres – Da luta feminista, que se expressou nos últimos dias 8 a 18 de março em uma longa marcha pelo interior de São Paulo em direção à capital, com milhares de mulheres, as campanhas salariais dos sindicatos de base podem incorporar, desde já, algumas bandeiras. “Precisamos lutar por licença-maternidade e paternidade de seis meses, igualdade salarial e igualdade de oportunidades no trabalho. É importante que todas as categorias, o tempo todo, tenham essas bandeiras em perspectiva. A pressão social aumenta e as mudanças vêm”, acredita Rosane Silva, secretária nacional da Mulher Trabalhadora da CUT.



Encontro lança campanha pelos direitos de trabalhadores com deficiência

Secom/CUT

para criar uma conjuntura favorável à redução da jornada e mobilizar os sindicatos em torno dessa e outras bandeiras.”

Silvestre acredita que esse é o momento ideal para diminuir a jornada. “Ao contrário do que aconteceu em 1988, ano da última redução, a economia está crescendo e vai crescer mais ainda. Além disso, enquanto a produtividade na indústria entre 1998 e 2008 superou 80%, o poder de compra do salário caiu mais de 30%”.

Internacional

Missão no Haiti



Arquivo/CUT

O país continua precisando de ajuda; campanha permanece

Representantes da CUT visitam o Haiti em missão oficial na primeira quinzena de abril. Além do apoio político, levam na bagagem uma bem-sucedida campanha de arrecadação de ajuda humanitária para reconstrução do país, sacudido por sucessivos terremotos no início do ano. “Convocamos os militantes a ajudar e, em algumas semanas, tivemos uma resposta muito positiva, fraterna”, comenta o diretor executivo Júlio Turra, um dos que visitarão o Haiti neste período.

ACNTSS (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social) e a Conticom (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e da Madeira) também se comprometem a enviar representantes, com o objetivo de observar as principais necessidades dos haitianos e poder propor como a CUT pode continuar ajudando.

Antes da viagem pelo Haiti, os representantes da Central participam de uma Conferência Internacional para a Reconstrução do Haiti, sediada na República Dominicana, entre os dias 8 e 9 de abril. A ajuda da CUT vai ser repassada diretamente a duas centrais haitianas que são aliadas históricas, a Central Autônoma de Trabalhadores Haitianos e a Confederação do Setor Público.

política

Serra manda bater em professores – Mais uma prova contundente de como o PSDB, e especialmente o governador José Serra, tratam os trabalhadores e os sindicatos. Na foto, PMs paulistas disparam balas de borracha, bombas de efeito moral e gás de pimenta contra professores e professoras que faziam manifestação na capital, em 26 de março. O fotógrafo também foi alvo, enquanto registrava a cena.



Leonardo Severo/CUT

mobilização

18 de maio, dia nacional de luta pela redução da jornada

A CUT e suas entidades filiadas vão realizar em 18 de maio o Dia Nacional de Mobilizações e Paralisações. Em todas as regiões do Brasil, trabalhadores e trabalhadoras vão atrasar a entrada de turnos, paralisar parcial ou integralmente as empresas e fazer mobilizações de rua. Tudo em defesa da redução da jornada de trabalho das atuais 44 horas semanais para 40, sem redução de salário.

A data foi definida pela Executiva Nacional, reunida no final de março em São Paulo. O Dia Nacional de Mobilizações e Paralisações é uma iniciativa da CUT.

Vamos cobrir as ruas de vermelho para mostrar mais uma vez que queremos a redução da jornada e não vamos desistir.

1º de junho – O Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho, o famoso Pacaembu, foi o local definido para que as seis centrais brasileiras realizem, no dia 1º de junho, a Conferência da Classe Trabalhadora – Assembleia Nacional. A mobilização vai divulgar a pauta unificada das centrais para as eleições 2010 e vai explicitar qual a candidatura à Presidência preferida do movimento sindical brasileiro. ●●●

Curtas

“Peãs”

Entre os dias 25 e 27 de março, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC realizou o 2º Congresso da Mulher Metalúrgica “Construindo a Igualdade entre Mulheres e Homens”. Dias antes, o mesmo sindicato publicou um estudo de sua Subseção Dieese, no qual se identificou que o salário das mulheres da base do Sindicato é 53% maior (em média) que o das trabalhadoras da categoria no Brasil e 30% superior ao das metalúrgicas de São Paulo. A pesquisa comprova a eficácia da ação sindical e a necessidade cada vez maior de um contrato coletivo nacional para acabar com as diferenças.

Servidores mobilizados

No dia 1º de abril os servidores da base da Condsef (Confederação Nacional no Serviço Público Federal) realizam em alguns estados o “Ato da Mentira”, fazendo alusão às dificuldades em fechar com o governo federal o processo de negociação com diversas categorias. Já no dia 7, a entidade organiza mais uma ação do Dia Nacional de Luta, marcado pela paralisação de atividades por 24 horas de serviços públicos em todo o Brasil e, no dia 10, uma plenária nacional.

Regulamentação de TI

Em 6 de abril, em Brasília, ocorre o Seminário Nacional sobre Regulamentação da Profissão de Tecnologia da Informação (TI) que contará com a participação de representantes de diferentes entidades cutistas do setor. A Fenadados (Federação Nacional dos Empregados em Empresas e Órgãos Públicos e Privados de Processamento de Dados) apresenta no seminário uma proposta de regulamentação.

CUT e servidores

Em eleição realizada nos dias 15 e 16 de março, os trabalhadores filiados ao Sindprev-DF (Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde, Trabalho e Previdência Social no Distrito Federal) referendaram a Chapa 3 – Compromisso e Luta, a única chapa cutista entre as três que concorriam, como representante da entidade para os próximos anos. Já os servidores da Bahia escolheram nos dias 15 e 16 a Chapa 1 – CUTista (Consolidando as Mudanças) para comandar o Sindsprev/BA (Sindicato dos Trabalhadores da Saúde, Trabalho e Previdência no Estado da Bahia) no próximo triênio.

Bancários do RS em eleição

O 10º Congresso da Feeb-RS (Federação dos Bancários do Rio Grande do Sul), entre 9 e 11 de abril, escolhe nova diretoria para o período 2010/2013.

Greve para avançar

Os servidores municipais da Prefeitura de Belo Horizonte realizam no dia 7 de abril assembleia conjunta com indicativo de greve. Este ato tem como objetivo pressionar a Prefeitura a negociar o mais rápido possível a pauta: aumento real de 22%; pagamento até o 5º dia útil do mês; definição da data-base, incorporação de abonos e gratificações no salário-base e assistência integral à saúde do servidor.

Construção civil

Os trabalhadores da construção civil e montagem representados pelo Sintraconst/ES (Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Espírito Santo) vão às urnas nos dias 13, 14 e 15 de abril para eleger a nova diretoria do sindicato. Apenas uma chapa, cutista, disputa a eleição.

Formação

A reunião do Coletivo Nacional de Formação (Conafor), entre os dias 12 e 14 de março, em Minas Gerais, contou com a participação de dirigentes, coordenadores e formadores das Escolas Sindicais da CUT, CUTs Estaduais e Ramos, articulando ações estratégicas para potencializar o crescimento da Central com qualidade e compreensão classista, fundamentais para a disputa de hegemonia. Na prática, isso significa que o Plano Nacional de Formação atenderá até julho, quando completa um ano de execução, 7.195 dirigentes nos diferentes programas.



Debate conduzido por José Celestino, secretário de Formação

Vítimas de acidentes

Trabalhadores de todo o Brasil realizarão diversas atividades em seus estados para marcar o Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidentes de Trabalho, lembrado no dia 28 de abril.

Na ativa

A CUT e o Sintapi (Sindicato Nacional dos Trabalhadores Aposentados, Pensionistas e Idosos) realizam no próximo dia 10 de maio o Seminário Nacional dos Aposentados da CUT, em São Paulo. Em pauta, estratégias e plano de ação para ampliar e aperfeiçoar a organização sindical dos aposentados na Central.

Sede nova

Depois de estruturar sua nova equipe de trabalhadores e de fazer uma caprichada reforma, a CUT inaugura oficialmente no próximo dia 18 de maio seu Escritório de Brasília, com ato político e comemoração.

Plataforma 2010

O Grupo de Trabalho Desenvolvimento Sustentável da CUT, reunido na sede da Central em 8 de abril, prepara a última proposta de texto da “Plataforma da Classe Trabalhadora para as Eleições 2010” antes de o documento ir à avaliação e aprovação final da Executiva. A Plataforma foi construída através de diversos debates regionais, envolvendo todos os ramos representados pela CUT, e vai orientar a ação da Central no processo eleitoral deste ano, com propostas amplas e aprofundadas de um novo modelo de desenvolvimento para o País.

Olho no ponto

A CUT, através de sua Secretaria Nacional de Relações do Trabalho, está elaborando junto com os ramos e diversas categorias uma proposta de alteração na portaria 1510/2009, que desde setembro vem disciplinando o registro eletrônico de frequência dos trabalhadores. Publicada pelo Ministério do Trabalho sem consulta prévia ao movimento sindical, a portaria traz alguns problemas para determinadas categorias, como não prever respeito a acordos coletivos quanto à duração de jornadas.

Fetraf-Sul

De 24 a 26 março, a Fetraf-Sul (Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região Sul) realizou seu 3º Congresso Nacional, em Erechim (RS). Entre os pontos debatidos, a importância que a agricultura familiar tem na proteção ao meio ambiente e a necessidade de criar incentivos financeiros por isso, e também a urgência de rediscutir as relações comerciais entre as propriedades familiares e os monopólios. De 29 a 30 de abril, a federação realiza eleições para sua direção.

Não aos leilões do petróleo

No dia 22 de março, a Federação Única dos Petroleiros (FUP), a CUT e movimentos sociais realizaram ato contra a extensão dos leilões das áreas petrolíferas às reservas do pré-sal, no Clube de Engenharia do Rio de Janeiro. Com o mote “Leilão é Privatização! O Petróleo Tem que Ser Nosso”, cerca de 500 manifestantes compareceram ao evento, que contou com a presença de integrantes da campanha “O Petróleo é Nosso”, da década de 50. Os manifestantes condenaram a emenda do deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) como “boi de piranha”, por reduzir o debate desta questão estratégica ao desenvolvimento nacional a “uma fatia do bolo, enquanto temos de recuperar o bolo todo, porque temos é que acabar com os leilões”.

No pré-sal, a questão é mais embaixo

A polêmica em torno da distribuição dos recursos provenientes do petróleo, causada por uma emenda parlamentar que diminuiria a arrecadação de royalties para estados e municípios que sediam unidades de produção, refino e distribuição, acabou por retirar de cena os aspectos mais importantes do debate sobre o pré-sal.

A disputa sobre quem deve ou não deve receber os royalties (uma porcentagem dos recursos, repassados a título de compensação) refere-se a apenas 15% das receitas atualmente geradas pelo petróleo brasileiro, segundo números da FUP (Federação Única dos Petroleiros), filiada à CUT. Portanto, o destino dos outros 85% das receitas não está sendo debatido, isso sem considerar que o fluxo de verbas aumentará consideravelmente quando a camada pré-sal começar a produzir.

A Central Única dos Trabalhadores e a FUP apresentaram ao Congresso Nacional um abrangente projeto para uma nova legislação do petróleo brasileiro. A proposta, transformada em projeto de lei pelo Senado, não prevê a retirada dos atuais recursos dos estados e municípios envolvidos na produção do petróleo, até por compreender que muitos deles teriam suas administrações seriamente comprometidas com a queda da arrecadação.

Mas, e aqui reside um aspecto crucial, nosso projeto exige a criação de um Fundo Social Soberano, com a participação de representantes da sociedade em seus processos de gestão e controle, que tenha como objetivo principal administrar e destinar a maior parte das receitas futuras do pré-sal para políticas e projetos públicos de educação em todos os níveis, Segurança Social, pesquisa em ciência e tecnologia, segurança, cultura e outras ações para combater as desigualdades sociais e regionais em nosso País.

Este fundo, soberano como o próprio nome diz, comandado pela União e sob controle social, deverá distribuir os recursos à luz das reais necessidades sociais das diversas regiões e, por conta do acompanhamento de representantes da sociedade civil, terá maiores condições de impedir o mau uso desse dinheiro, prática mais uma vez desvendada, desta feita por ocasião da recente polêmica causada pela criticada emenda parlamentar.

Se a emenda teve algum mérito, foi o de explicitar que há cidades e estados onde, embora sejam distribuídos os royalties do petróleo, há profundas deficiências no

serviço público. Diante dessas deficiências, uma pergunta bastante ouvida no mês de março entre os moradores do Rio, onde a polêmica causou forte comoção e ampla cobertura da imprensa, era: "Onde vai parar esse dinheiro?".

Aposentadorias – Outra emenda apresentada pela Câmara dos Deputados pretende destinar 5% dos recursos do pré-sal para aumentos a aposentadorias acima do salário mínimo. À primeira vista, a proposta parece bem intencionada e justa. Porém, é míope. ACUT defende que seja definido um percentual destinado à Segurança Social como um todo – Previdência, Sistema Único de Saúde e assistência social – para garantir políticas integradas e de longo prazo que propiciem, além de valorização permanente do poder de compra de todas as aposentadorias, remédios e assistência médica de qualidade para os idosos, por exemplo.

A emenda parlamentar não é apenas fragmentária, mas pode também abrir caminhos para iniciativas oportunistas, como destinar percentuais do pré-sal para um sem-número de nichos de mercado ou pequenos grupos, sem conexão com um projeto mais amplo e articulado.



Stéferson Faria

Pré-sal: destino certo é o Fundo Social Soberano, com controle social



O encontro dos poetas, no traço de Márcio Baraldi

Um é a malandragem do asfalto paulistano, o outro a própria malandragem do morro carioca. Em comum, a pobreza, o bom-humor, a boemia e a capacidade de levar o samba para além dos guetos. Em 2010, caso estivessem vivos, completariam um século de poesia.

Adoniran Barbosa nasceu João Rubinato, em 6 de agosto de 1910, na cidade de Valinhos, interior de São Paulo. Já Noel de Medeiros Rosa nasceu em 11 de dezembro de 1910, no Rio de Janeiro. Ambos tinham como grande qualidade compor crônicas sobre pessoas comuns do cotidiano e transformá-las em célebres e inesquecíveis personagens.

Descendente de italianos e gaiato pela própria natureza, Adoniran passeava em suas canções pelos bairros de São Paulo, contando a rotina de quem convivia com as dificuldades da vida. Falou sobre as desigualdades causadas pelo progresso da metrópole, como ao descrever a cena de barracões sendo derrubados em nome do desenvolvimento na clássica "Saudosa Maloca".

Já o poeta Noel, um menino tímido criado na Vila Isabel, quase foi médico. Felizmente para a música popular brasileira, decidiu pelo samba ao invés da faculdade de medicina.

Entre as obras-primas que compôs, uma delas poderia ser o hino de muitos candidatos em 2010: "O seu dinheiro nasce de repente / E embora não se saiba se é verdade / Você acha nas ruas diariamente / Anéis, dinheiro e felicidade" (Onde está a honestidade?).

Inclusão contra a exploração sexual

A CUT e o Sesi (Serviço Social da Indústria) assinaram no último dia 2 de março termo de cooperação do projeto ViraVida. O projeto tem como objetivo oferecer inclusão a adolescentes de 16 a 21 anos, com foco na elevação da escolaridade e na geração de emprego e renda, como forma de combater a exploração sexual

desses meninos e meninas.

ACUT vai orientar seus sindicatos a incluir nas suas reivindicações a contratação desses adolescentes. A Central também vai auxiliar na divulgação da campanha e da luta contra a exploração sexual.